

Cabral dá parecer contrário à inclusão da estabilidade na nova Constituição

AMC p. 4
FOLHA DE SÃO PAULO 18 JAN 1988

Do Sucursal de Brasília

O deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), relator da nova Constituição, não vai "lutar" pela manutenção das propostas de pagamento em dobro para horas-extras, de imprescritibilidade das causas trabalhistas até cinco anos depois do término dos contratos de trabalho e pelo monopólio nacional da distribuição dos derivados de petróleo. "Estas propostas não estavam no meu parecer inicial", disse Cabral.

Apesar de já ter dito que pretende preservar ao máximo as decisões da Comissão de Sistematização, Cabral deve acatar as propostas do Centrão, que alteram aqueles três temas.

"Centrão copiou"

Até a tarde de ontem, Cabral e seus relatores-adjuntos já tinham analisados 1.002 emendas das 2.045 apresentadas.

Irritado, Cabral disse que o

Centrão "copiou" mais de 80% do texto aprovado pela Comissão de Sistematização. Os capítulos sobre Ordem Econômica, Ciência e Tecnologia, Segurança Social e grande parte do capítulo sobre Direitos Sociais apresentam as principais diferenças entre os dois textos.

Ao comentar as semelhanças entre os projetos, Cabral fez ironia: "O presidente da República e alguns ministros declararam que o sistema tributário aprovado na Sistematiza-

ção tornava o país ingovernável. O Centrão não alterou nada nem na estruturação nem na repartição dos recursos. Se já era ingovernável, o Centrão deixa o presidente Sarney mais ainda sem nada".

Mesmo com diferenças em pontos fundamentais, Cabral disse que apenas sistema de governo e duração do mandato presidencial ficarão fora de um "acordão" entre as lideranças partidárias e grupos suprapartidários.

Ulysses quer entendimento para acelerar votação

Do Sucursal de Brasília

O deputado Ulysses Guimarães, 71, presidente do PMDB e do Congresso Constituinte, vai comandar um amplo acordo entre os líderes partidários e grupos suprapartidários para decidir e "amarrar" a maior parte do texto da nova Constituição antes do plenário inicie o processo de votação no próximo dia 27. "O acordo é indispensável", disse Ulysses.

O presidente do Congresso constituinte disse que não vê dificuldades para a concretização desse entendimento. "Na Comissão de Sistematização, esses acordos foram regra", afirmou depois de ter almoçado, em sua residência, com mais de dez constituintes —entre eles o deputado

Bernardo Cabral (PMDB-AM), relator da nova Constituição, e seus adjuntos.

Acompanhados de suas mulheres, os constituintes discutiram "caminhos para acelerar" a promulgação da nova Constituição. "Estamos animados", disse Ulysses, acrescentando que os relatores estão estudando as possibilidades regimentais para abreviar a votação. "Seria uma temeridade dizer quais são as possibilidades globais. Elas existem, mas precisamos saber qual sua extensão", afirmou.

Depois que o deputado Bernardo Cabral terminar de dar parecer sobre as 2.045 emendas apresentadas ao projeto aprovado pela Comissão de Sistematização, Ulysses promove

uma reunião com todos os relatores para avaliar a possibilidade concreta de fusão de emendas e, consequentemente, de acordos. "Neste momento, o presidente e o relator (do Congresso constituinte) são duas pessoas fundamentais. O parecer (do relator) vai ser acompanhado pela maioria", disse o presidente do Congresso constituinte.

Se o acordo efetivamente for firmado entre os líderes e os grupos, Ulysses estima que a nova Constituição será promulgada 60 ou, no máximo, 90 dias após o início da votação, portanto, em abril ou em maio.

Estratégia

Apesar da preocupação com a

conclusão rápida da feitura da nova Constituição, Ulysses e os relatores não acertaram ainda uma estratégia para as votações. O deputado Adolpho Oliveira (PL-RJ), um dos relatores adjuntos, disse que isso só será decidido nos próximos dias.

Segundo ele, não se pensa na possibilidade de inversão de pauta —o que permitiria que a duração do mandato do presidente José Sarney fosse votada logo no início. "Isso é impossível. O período de mandato só será decidido nas Disposições Transitórias (o último título do texto)", disse Adolpho. Apenas um acordo entre as lideranças permitiria uma alteração do regimento e essa antecipação na votação.